

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	8
1 . CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2 . BASE DE PREPARAÇÃO	10
3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	11
4 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
5 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES	13
6 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	14
7 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	14
8 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS.....	15
9 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	16
10 . ATIVOS FINANCEIRO - CONCESSÃO	17
11 . INVESTIMENTOS	17
12 . IMOBILIZADO	20
13 . INTANGÍVEL	22
14 . FORNECEDORES	23
15 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
16 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	25
17 . ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	28
18 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	28
19 . PROVISÕES.....	30
20 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
21 . RECEITA.....	33
22 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	34
23 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	36
24 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	36
25 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO	38
26 . MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	44
27 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	45
28 . DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	47
29 . EVENTOS SUBSEQUENTES	47
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	50

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ATIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.051.502	3.043.715	1.755.513	2.834.476
Consumidores e Revendedores	5	330.518	564.688	326.583	364.149
Concessionários – Transporte de Energia		118.024	67.727	70.243	67.727
Ativo Financeiro - Concessão	10	360.654	41.207	42.527	41.207
Tributos Compensáveis	6	63.996	67.587	59.298	64.764
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	360.169	177.997	350.554	147.755
Revendedores – Transações Energia Livre		46.141	46.028	46.141	46.028
Estoques		6.752	4.707	5.035	3.478
Outros Créditos		117.020	91.895	93.768	71.291
TOTAL DO CIRCULANTE		3.454.776	4.105.551	2.749.662	3.640.875
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores e Revendedores	5	-	46.188	-	46.188
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	195.932	195.584	189.065	189.660
Tributos Compensáveis	6	10.999	10.823	10.518	10.823
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	2.373	1.250	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	9	106.446	89.245	104.431	87.870
Créditos com Pessoas Ligadas		4.067	18.244	2.905	12.906
Outros Créditos		23.091	18.541	8.749	9.391
Ativo Financeiro - Concessão	10	3.451.533	2.214.029	704.199	689.020
Investimentos	11	-	-	2.689.854	1.729.922
Imobilizado	12	6.820.734	6.921.206	6.101.533	6.275.991
Intangível	13	501.985	500.845	37.722	36.014
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.117.160	10.015.955	9.848.976	9.087.785
ATIVO TOTAL		14.571.936	14.121.506	12.598.638	12.728.660

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

PASSIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	16	1.990.891	4.616.973	1.557.701	4.360.947
Debêntures	16	2.854.742	3.365	2.854.742	3.365
Fornecedores	14	140.420	147.553	88.195	83.978
Impostos, Taxas e Contribuições	15	69.632	67.964	66.976	64.057
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	15	223.955	26.136	217.513	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		110.347	917.054	110.347	917.054
Salários e Encargos Sociais		63.701	75.900	60.064	74.105
Encargos Regulatórios	17	47.794	44.449	40.793	40.253
Participações nos Lucros		11.988	22.896	11.988	22.894
Dívidas com Pessoas Ligadas		528	43.917	16.907	53.705
Obrigações Pós-Emprego	18	18.340	18.895	18.340	18.895
Obrigações com Instrumentos Financeiros		-	3.149	-	-
Outras Obrigações		37.385	42.679	36.400	40.275
TOTAL DO CIRCULANTE		5.569.723	6.030.930	5.079.966	5.679.528
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	16	2.106.960	1.761.263	958.117	983.614
Debêntures	16	450.937	437.693	278.117	275.869
Provisões	19	6.125	9.659	5.253	9.601
Obrigações Pós-Emprego	18	413.041	411.064	413.041	411.064
Impostos, Taxas e Contribuições	15	119.996	47.263	68.231	47.263
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	15	710.522	723.202	624.468	644.345
Encargos Regulatórios	17	65.410	59.266	65.410	59.266
Concessões a Pagar		70.375	73.441	57.576	61.072
Outras Obrigações		49.744	48.884	39.356	38.197
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.993.110	3.571.735	2.509.569	2.530.291
TOTAL DO PASSIVO		9.562.833	9.602.665	7.589.535	8.209.819
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20				
Capital Social		3.296.785	2.896.785	3.296.785	2.896.785
Reservas de Lucros		266.112	666.112	266.112	666.112
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		969.269	1.030.269	969.269	1.030.269
Reservas de Reavaliação		451	-	451	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados		476.486	(74.325)	476.486	(74.325)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.009.103	4.518.841	5.009.103	4.518.841
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.571.936	14.121.506	12.598.638	12.728.660

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
RECEITA	21	1.830.949	1.670.004	1.659.739	1.619.344
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	22				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(135.979)	(142.414)	(139.842)	(142.414)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(145.996)	(70.914)	(145.984)	(70.436)
		(281.975)	(213.328)	(285.826)	(212.850)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores		(115.565)	(111.109)	(109.983)	(111.019)
Participação dos Empregados		(16.070)	(16.217)	(16.070)	(16.217)
Materiais		(8.726)	(6.439)	(7.334)	(6.416)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia		-	(4.070)	-	(4.070)
Serviços de Terceiros		(52.503)	(42.694)	(48.234)	(42.468)
Depreciação e Amortização		(181.952)	(198.386)	(181.716)	(197.955)
Reversões (Provisões) Operacionais		6.395	(500)	6.395	(500)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(65.903)	(70.090)	(65.903)	(70.090)
Custo de Construção		(45.214)	(44.716)	-	-
Outros Custos de Operação		(52.979)	(18.771)	(50.807)	(18.641)
		(532.517)	(512.992)	(473.652)	(467.376)
CUSTO TOTAL		(814.492)	(726.320)	(759.478)	(680.226)
LUCRO BRUTO		1.016.457	943.684	900.261	939.118
DESPESA OPERACIONAL	22				
Reversões (Despesas) com Vendas		(454)	(52)	(454)	(52)
Despesas Gerais e Administrativas		(67.040)	(81.773)	(51.892)	(81.773)
Outras Despesas Operacionais		(21.652)	(19.097)	(15.207)	(19.097)
		(89.146)	(100.922)	(67.553)	(100.922)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)		927.311	842.762	832.708	838.196
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	34.915	3.962
Resultado Financeiro Líquido	23	(234.217)	(118.301)	(190.821)	(117.942)
Resultado antes dos Impostos		693.094	724.461	676.802	724.216
Imposto de Renda e Contribuição Social	6b	(233.565)	(261.788)	(214.992)	(261.543)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6b	18.739	54.114	16.458	54.114
RESULTADO DO PERÍODO		478.268	516.787	478.268	516.787
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária				0,1651	0,1784
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária				0,1651	0,1784

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reservas de Ajustes de Avaliação	Reservas Ajustes Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.896.785	666.112	1.030.269	-	(74.325)	4.518.841
Aumento de Capital	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Aquisição de controlada em conjunto –Efeito reflexo da Adoção de normas contábeis	-	-	-	-	81.421	81.421
Resultado do Período	-	-	-	-	478.268	478.268
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(61.000)	-	61.000	-
Destinação do lucro:						
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(69.878)	(69.878)
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	451	-	451
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	3.296.785	266.112	969.269	451	476.486	5.009.103

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	478.268	516.787	478.268	516.787
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e Amortização	184.188	198.542	181.916	198.111
Baixas Líquidas de Imobilizado	715	2.536	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(34.915)	(3.962)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	33.429	(25.301)	29.316	(25.301)
Impostos Federais Diferidos	(18.739)	(54.114)	(16.458)	(54.114)
Provisões para Perdas Operacionais	(3.534)	1.173	(4.348)	1.173
Obrigações Pós-emprego	10.326	13.896	10.326	13.896
Outros	1.743	21.545	-	-
	686.396	675.064	644.105	646.590
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	234.170	(65.270)	37.566	(64.889)
Revendedores – Transações com energia livre	(113)	(2.497)	(113)	(2.497)
Tributos Compensáveis	(179.880)	(197.593)	(197.028)	(197.596)
Transporte de Energia	(50.297)	59	-	-
Outros ativos circulantes	(27.170)	(10.234)	(43.049)	(1.898)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	(38.673)	-	(38.673)
Depósito Judiciais	(17.201)	(15.560)	(16.561)	(15.560)
Outros Realizáveis a longo prazo	54.072	(8.014)	55.089	(621)
	13.581	(337.782)	(164.096)	(321.734)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(7.133)	(50.358)	4.217	(46.943)
Tributos e Contribuição Social	277.931	315.454	238.576	314.642
Salários e Contribuições Sociais	(12.199)	17.823	(14.041)	17.516
Encargos Regulatórios	3.345	(13.720)	540	(13.720)
Empréstimos e Financiamentos	481.571	56.286	56.678	70.917
Obrigações Pós-Emprego	(8.904)	(8.578)	(8.904)	(8.578)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(3.149)	47.660	-	47.660
Outros	26.219	(45.255)	32.391	(15.911)
	757.681	319.312	309.457	365.583
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.457.658	656.594	789.466	690.439
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	2.964.315	425.854	2.748.281	113.979
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.895.079)	(4.758)	(2.809.393)	(30.494)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(876.585)	(492.876)	(876.585)	(492.876)
CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(807.349)	(71.780)	(937.697)	(409.391)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	-	-	(923.274)	(44.443)
No ativo Financeiro	(1.556.951)	(89.749)	-	-
No Imobilizado	(84.431)	(136.754)	(7.458)	(16.332)
No Intangível	(1.140)	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.642.522)	(226.503)	(930.732)	(60.775)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	(992.213)	358.311	(1.078.963)	220.273
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do período	3.043.715	862.098	2.834.476	852.213
No fim do período	2.051.502	1.220.409	1.755.513	1.072.486
	(992.213)	358.311	(1.078.963)	220.273

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 . CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a Empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Cemig Geração e Transmissão possui 48 Usinas, sendo 43 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e ou controladas em conjunto:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em 2009.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de Usina Eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em agosto de 2009.

- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010.
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A TAESA possui as seguintes sociedades por ela controlada e ou controlada em conjunto: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Terna Serviços Ltda.
- Transmissora Alvorada de Energia S.A. (“Alvorada”) (Controlada em conjunto) – Participação de 62,80% na Transmissora Alterosa de Energia S.A.
- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto) – Participação de 29,42% na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Morgado”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em abril de 2010.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A Usina entrou em operação em outubro de 2010.
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina entrou em operação em setembro de 2010.
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011.

Controladas e ou controladas em conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”) (controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio Energia S.A. localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.2) Informações Trimestrais de 2010 e Demonstrações Financeiras de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº449/2008 – MP nº449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais de contabilidade foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as Informações trimestrais-ITR de 2010, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado dos trimestres findos em 30 de junho de 2009 e 30 de junho de 2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	30/06/2010	31/12/2009
Patrimônio Líquido Anteriormente apresentado	3.981.932	3.562.897
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC 10 e CPC 27	969.269	1.030.617
Ativos de concessões de Geração Eólica – ICPC 01 e OCPC 05	9.712	9.149
Ativos de concessões de Transmissão novas – ICPC 01 e OCPC 05	188.701	121.668
Baixa Taxa Administração – CPC 27 e ICPC 01	(1.450)	(1.456)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(23.189)	(26.748)
Obrigações pós emprego	(119.384)	(111.610)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	3.512	(65.676)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	1.027.171	955.944
Patrimônio Líquido ajustado (reapresentado)	5.009.103	4.518.841

	30/06/2010	30/06/2009
Resultado do trimestre anteriormente apresentado	488.462	684.638
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC 10 e CPC 27	(61.000)	(69.770)
Ativos de concessões de Geração Eólica – ICPC 01 e OCPC 05	(787)	-
Ativos de concessões de Transmissão novas – ICPC 01 e OCPC 05	2.855	898
Baixa Taxa Administração – CPC 27 e ICPC 01	4	(727)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	2.022	(128)
Obrigações pós emprego	(5.182)	(7.082)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	51.894	(91.042)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	(10.194)	(167.851)
Resultado do trimestre ajustado (reapresentado)	478.268	516.787

Os efeitos decorrentes da aplicação das IFRSs (CPCs) apresentados acima estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Informações Trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Informações Trimestrais de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Informações Trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Informações Trimestrais individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Informações Trimestrais das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	Participação direta no capital total - %	
	30/06/2010	31/12/2009
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	32,27	32,27
Transmissora Alterosa de Energia S.A.	36,23	49,00
Transmissora Alvorada de Energia S.A.	74,50	-

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as informações trimestrais consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimentos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, compostos de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos Investimentos

como: taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir estas obrigações.

4 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Contas Bancárias	17.937	20.510	10.360	12.522
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	1.748.075	2.820.547	1.647.349	2.648.339
Letras Financeiras do Tesouro	183.882	88.893	13.354	66.598
Letras do Tesouro Nacional	-	6.538	-	6.538
Outros	101.608	107.227	84.450	100.479
	2.033.565	3.023.205	1.745.153	2.821.954
	2.051.502	3.043.715	1.755.513	2.834.476

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas, em Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de Caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 25.

5 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldo a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2010	31/12/2009
Controladora					
Industrial	152.115	13.706	6.173	171.994	192.180
Comércio, Serviços e Outras	756	-	-	756	-
Suprimento a Outras Concessionárias	109.476	36.587	9.690	155.753	220.529
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(1.920)	(1.920)	(2.372)
	262.347	50.293	13.943	326.583	410.337
Circulante				326.583	364.149
Não Circulante				-	46.188
Controladas					
Industrial	665	-	-	665	1.108
Comércio, Serviços e Outras	1.924	1.346	-	3.270	1.622
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	-	197.809
	2.589	1.346	-	3.935	200.539
Total Consolidado	264.936	51.639	13.943	330.518	610.876
Circulante				330.518	564.688
Não Circulante				-	46.188

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por meio de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 25.

6 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS a Recuperar	40.397	42.069	38.677	40.984
PASEP	4.175	4.511	3.664	4.228
COFINS	19.072	20.704	16.800	19.400
Outros	352	303	157	152
	63.996	67.587	59.298	64.764
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	8.223	7.742	7.742	7.742
PASEP	495	550	495	550
COFINS	2.281	2.531	2.281	2.531
	10.999	10.823	10.518	10.823
	74.995	78.410	69.816	75.587

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o circulante foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados até março de 2012.

7 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	278.480	138.866	269.688	120.019
Contribuição Social	81.689	39.131	80.866	27.736
	360.169	177.997	350.554	147.755
Não Circulante				
Imposto de Renda	2.373	1.250	-	-
	362.542	179.247	350.554	147.755

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e as antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados no exercício, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

8 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Créditos Tributários:				
Obrigações Pós-Emprego	77.917	76.524	77.917	76.524
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	643	797	643	797
Instrumentos Financeiros	14.316	14.153	14.316	14.153
Variação Cambial	35.585	35.342	35.585	35.342
Taxa Administração – IFRS	747	749	747	749
Concessão onerosa – IFRS	49.521	51.046	49.521	51.046
Provisões	1.786	3.264	1.786	3.264
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	3.962	-	3.962	-
Outros	11.455	13.709	4.588	7.785
	195.932	195.584	189.065	189.660

(1) Referente ao imposto de renda sobre PASEP/COFINS

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido ao exame do Conselho Fiscal em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2010, conforme abaixo:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
	30/06/2010	30/06/2010
2010	21.247	20.502
2011	55.980	54.018
2012	45.975	44.364
2013	31.569	30.463
2014	19.603	18.915
2015 a 2017	21.558	20.803
	195.932	189.065

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	IFRS		BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	693.094	724.461	676.802	724.216
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(235.652)	(246.317)	(230.113)	(246.233)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	23.759	36.426	23.759	36.426
Incentivos Fiscais (a)	10.829	3.720	6.402	3.720
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	11.872	1.347
Contribuições e Doações Inedutíveis	(1.587)	(856)	(1.587)	(856)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício anterior	-	(11.423)	-	(11.423)
Créditos Fiscais não reconhecidos	388	229	388	229
Outros	(12.563)	10.547	(9.255)	9.361
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(214.826)	(207.674)	(198.534)	(207.429)
Imposto Corrente	(233.565)	(261.788)	(214.992)	(261.543)
Imposto Diferido	18.739	54.114	16.458	54.114
Alíquota Efetiva	31,00%	28,67%	29,33%	28,64%

a) Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional, por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu laudos constitutivos nº 169/2004 e nº 260/2003, que outorgam à parte das controladas da TAESA benefícios fiscais relativos à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

9 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio relativos a obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Trabalhista	34.440	36.295	34.362	36.254
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	60.440	41.959	60.153	41.793
Outros	1.835	1.764	988	1.281
Outros	1.717	1.213	914	528
	106.446	89.245	104.431	87.870

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

10 . ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão de energia e de geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Concessões de transmissão novas	3.065.461	1.525.009	-	-
Concessões de transmissão antigas	746.726	730.227	746.726	730.227
	3.812.187	2.255.236	746.726	730.227
Circulante	360.654	41.207	42.527	41.207
Não Circulante	3.451.533	2.214.029	704.199	689.020

11 . INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão	23.887	22.715
Guanhães Energia	10.261	10.191
Hidrelétrica Pipoca	17.087	18.027
Cemig Baguari Energia	6	18
Baguari Energia	181.115	178.969
EBTE	98.707	78.423
Central Eólica Praias de Parajuru	34.904	37.124
Central Eólica Volta do Rio	63.135	61.082
Central Eólica Praias de Morgado	29.049	28.256
TAESA	907.308	785.177
Transmissora Alterosa	366.879	15.260
Transmissora Alvorada	473.577	-
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	383.547	389.959
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	29.606	30.070
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	28.548	30.808
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	42.238	43.843
	2.689.854	1.729.922

a) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto são como segue:

Sociedades Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2010			Janeiro a junho de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	48.749	-	5.049
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.941	-	1.333
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	34.872	-	(2.259)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	6	-	(12)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(166.430)	-	(102.261)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	260.982	-	(119)
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	186.499	-	5.327
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	65.495	-	(5.900)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	119.866	-	(1.282)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	54.182	-	(1.123)
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	2.019.847	-	144.477
Transmissora Alterosa	641.026.832	36,23	1.023.155	1.012.543	-	(7.500)
Transmissora Alvorada	471.647.403	74,50	633.084	635.674	-	2.591

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	46.770	61	11.576
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.799	-	1.191
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	36.790	-	(2.978)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	18		(41)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(101.408)	-	(68.777)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	257.926	-	-
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	160.164	-	3.665
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	75.763	-	1.800
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.242	124.657	-	3.736
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	57.655	-	1.657
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	2.433.148	-	358.522
Transmissora Alterosa	34.253.504	49,00	34.254	31.142	-	(3.112)

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2009	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2010
Hidrelétrica Cachoeirão	22.715	2.474	-	(1.298)	(4)	23.887
Guanhães Energia	10.191	653	-	-	(583)	10.261
Hidrelétrica Pipoca	18.027	(1.102)	-	-	162	17.087
Cemig Baguari Energia	18	(12)	-	-	-	6
Madeira Energia	-	(10.226)	-	-	10.226	-
Baguari Energia	178.969	(112)	2.307	-	(49)	181.115
EBTE	78.423	5.327	14.700	-	257	98.707
Central Eólica Praias de Parajuru	37.124	(2.896)	269	(28)	435	34.904
Central Eólica Volta do Rio	61.082	(803)	2.260	-	596	63.135
Central Eólica Praias de Morgado	28.256	(721)	1.250	-	264	29.049
TAESA	785.177	44.600	-	-	77.531	907.308
Transmissora Alterosa	15.260	(4.198)	355.818	-	(1)	366.879
Transmissora Alvorada	-	1.931	471.646	-	-	473.577
	1.235.242	34.915	848.250	(1.326)	88.834	2.205.915

b) Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica –TAESA

A Companhia realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de Ações e Units, detidas pelos minoritários, por meio da Empresa Transmissora Alterosa de Energia Elétrica, com a aquisição de 86,17%, das ações, até então, em poder dos acionistas minoritários, o que corresponde a 29,42% do capital total da TAESA, pelo valor de R\$1.001 851 (R\$15,57 por ação).

Foi apurada uma diferença entre o preço de aquisição e o valor contábil da participação de R\$523.367 correspondente à mais valia do ativo financeiro a ser recebido no prazo previsto da concessão pelo regulador. A amortização da mais valia de ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Companhia, juntamente com o Fundo de investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica - Taesa (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas minoritários não aderiu à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

c) Mais valia de ativos nas aquisições de Participação

A mais valia de ativos nas empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas e Controladas em Conjunto, decorrente da mais valia das concessões (intangível) e do Ativo Financeiro das concessões. A amortização da mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

12 . IMOBILIZADO

Controladora	30/06/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	16.550.155	(10.558.376)	5.991.779	6.136.538
Terrenos	379.801	-	379.801	379.659
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.225.382	(4.511.933)	2.713.449	2.788.094
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.983.763	(1.371.841)	611.922	636.235
Máquinas e Equipamentos	6.933.892	(4.658.856)	2.275.036	2.330.356
Veículos	16.775	(6.035)	10.740	1.338
Móveis e Utensílios	10.542	(9.711)	831	856
Em Curso	109.754	-	109.754	139.453
Imobilizado Líquido - Controladora	16.659.909	(10.558.376)	6.101.533	6.275.991

Consolidado	30/06/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - Controladas	58.037	(3.883)	54.154	60.696
Terrenos	889	-	889	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	23.423	(644)	22.779	23.020
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7.048	(218)	6.830	6.917
Máquinas e Equipamentos	26.658	(3.019)	23.639	29.851
Móveis e Utensílios	19	(2)	17	19
Em Curso - Controladas	665.047	-	665.047	584.519
Total do Imobilizado - Controladas	723.084	(3.883)	719.201	645.215
Imobilizado Líquido - Consolidado	17.382.993	(10.562.259)	6.820.734	6.921.206

Movimentação 2010

Controladora	Saldo em 31/12/2009	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2010
Em Serviço	6.136.538	57.172	(19.342)	(182.589)	5.991.779
Terrenos	379.659	153	(11)	-	379.801
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.788.094	257	(4.607)	(70.295)	2.713.449
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	636.235	533	(1.788)	(23.058)	611.922
Máquinas e Equipamentos	2.330.356	45.945	(12.875)	(88.390)	2.275.036
Veículos	1.338	10.264	(61)	(801)	10.740
Móveis e Utensílios	856	20	-	(45)	831
Em Curso	139.453	(29.699)	-	-	109.754
Imobilizado Líquido - Controladora	6.275.991	27.473	(19.342)	(182.589)	6.101.533

Controladas	Saldo em 31/12/2009	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2010
Em Serviço	60.696	-	-	(6.542)	54.154
Terrenos	889	-	-	-	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	23.020	-	-	(241)	22.779
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.917	-	-	(87)	6.830
Máquinas e Equipamentos	29.851	-	-	(6.212)	23.639
Móveis e Utensílios	19	-	-	(2)	17
Em Curso	584.519	80.528	-	-	665.047
Imobilizado Líquido - Controladas	645.215	80.528	-	(6.542)	719.201
Imobilizado Líquido - Consolidado	6.921.206	108.001	(19.342)	(189.131)	6.820.734

Alguns Terrenos e Edificações das Controladas registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$896 em 30 de junho de 2010 (R\$922 em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto as eólicas, preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,46%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,0	Chave Sistema	3,3	Software	20,0
Gerador	3,3	Disjuntor	3,0	Veículos	20,0
Turbina Hidráulica	2,5	Torre Metálica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Casa de Força	2,0	Transformador de Força	2,5	Edificação	4,0
Barragem	2,0	Condutor nu de alumínio	2,5		
Equipamento Geral	10,0	Equipamento Geral	10,0		
Equipamentos de Tomada d'água	3,7	Religadores	4,3		
Estrutura de Tomada d'água	4,0				
Conduto Forçado	3,1				

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na Geração e Transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

13 . INTANGÍVEL

Controladora	30/06/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Servidão	12.815	(1.273)	11.542	11.632
Concessão onerosa	26.755	(6.643)	20.112	20.544
Ativos em formação	1.692	-	1.692	2.011
Outros	23.353	(18.977)	4.376	1.827
Intangível Líquido - Controladora	64.615	(26.893)	37.722	36.014

Controladas	30/06/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	513.330	(28.656)	484.674	234.155
Servidão	12.911	(1.273)	11.638	11.752
Concessão onerosa	26.755	(6.643)	20.112	20.544
Ativos da concessão	348.249	(120)	348.129	93.365
Direito Exploração de Concessão Serviço Público	102.035	(1.642)	100.393	104.722
Outros	23.380	(18.978)	4.402	3.772
Em Curso	17.311	-	17.311	266.690
Ativos em formação	17.311	-	17.311	266.690
Intangível Líquido - Consolidado	530.641	(28.656)	501.985	500.845

A movimentação do Ativo Intangível em 2010 é como segue:

	31/12/2009	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	30/06/2010
Em Serviço	234.155	11.846	-	(3.659)	242.332	484.674
Servidão	11.752	-	-	(114)	-	11.638
Concessão onerosa	20.544	-	-	(432)	-	20.112
Ativos da concessão	198.087	8.653	-	(550)	242.332	448.522
Outros	3.772	3.193	-	(2.563)	-	4.402
Em Curso	266.690	13.267	-	-	(262.646)	17.311
Ativos em formação	266.690	13.267	-	-	(262.646)	17.311
Intangível Líquido - Consolidado	500.845	25.113	-	(3.659)	(20.314)	501.985

Os Ativos Intangíveis, Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros, são amortizáveis pelo método linear com utilização da taxas utilizadas definidas pela ANEEL 367/09 de 02 de junho de 2009.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida, e vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos pela ANEEL.

O montante de Intangível em Serviço e totalmente amortizado representava R\$19.207 em 30 de junho de 2010 (R\$17.890 em 31 de dezembro de 2009).

14 . FORNECEDORES

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Mercado Atacadista - CCEE	2.330	2.330	2.330	2.330
Cemig Distribuição	3.122	4.093	3.122	4.093
Furnas	4.068	4.222	4.068	4.222
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	3.051	3.102	3.051	3.102
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.783	2.845	2.783	2.845
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	2.354	2.031	2.354	2.031
Eletrosul – Centrais Elétricas	2.128	1.969	2.128	1.969
Outros Geradores e Distribuidores	46.232	40.733	40.808	31.160
	66.068	61.325	60.644	51.752
Materiais e Serviços	74.352	86.228	27.551	32.226
	140.420	147.553	88.195	83.978

A conclusão de alguns Processos Judiciais, em andamento, movidos por Agentes do Mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre, durante o Racionamento, poderá implicar alterações nos montantes registrados. Vide comentários na Nota Explicativa nº 19.

15 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS	31.998	26.736	31.769	26.483
COFINS	21.671	21.736	20.787	21.198
PASEP	9.962	9.976	9.770	9.859
INSS	3.497	3.859	3.147	3.686
Outros	2.504	5.657	1.503	2.831
	69.632	67.964	66.976	64.057
Não Circulante				
COFINS	98.592	38.832	56.060	38.832
PASEP	21.404	8.431	12.171	8.431
	119.996	47.263	68.231	47.263
	189.628	115.227	135.207	111.320

As obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	165.092	14.146	161.022	-
Contribuição Social	58.863	11.990	56.491	-
	223.955	26.136	217.513	-
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	522.443	531.767	459.168	473.784
Contribuição Social	188.079	191.435	165.300	170.561
	710.522	723.202	624.468	644.345
	934.477	749.338	841.981	644.345

As obrigações diferidas de Não Circulante de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao efeito fiscal do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica de Tributos Compensáveis.

16 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado IFRS							
30/06/2010							31/12/2009
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	-	-	-	5.877
B.N.P Paribas	2012	5,89	EURO	5.022	-	5.022	7.146
Dívida referente a Moeda Estrangeira				5.022	-	5.022	13.023
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	253.565	484.111	737.676	736.520
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.014	61.094	88.108	91.774
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	487	30.000	30.487	31.900
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	915.748	-	915.748	914.255
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	174.802	-	174.802	172.930
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	25.154	-	25.154	25.157
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	3.192	-	3.192	3.188
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	9.077	115.097	124.174	124.159
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	42.058	97.687	139.745	139.163
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	549	1.365	1.914	1.821
Bradesco S.A. (13)	2010	13,00% do CDI	R\$	-	-	-	2.742.383
Debêntures (1)	2011	104,00 do CDI	R\$	14.157	238.816	252.973	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (2)(1)							
Debêntures (1)(3)	2031	IGP-M	R\$	-	39.301	39.301	37.053
Debêntures (1)(3)	2015	IPCA + 7,68	R\$	1.208.874	-	1.208.874	-
Debêntures (1)(3)	2012	CDI + 0,90	R\$	1.631.711	-	1.631.711	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.461	30.113	42.574	48.265
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	29.420	-	29.420	30.471
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	57.648	130.632	188.280	184.004
BNDES (3)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	313.435	313.435	134.660
Debêntures	2013	IPCA	R\$	-	172.820	172.820	161.824
BNDES	2018	TJLP	R\$	14.266	97.411	111.677	79.649
CEF	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.195	60.916	67.111	64.170
CEF	2022	TJLP + 3,50	R\$	5.186	50.133	55.319	56.122
CEF	2021	TJLP + 3,50	R\$	8.073	85.162	93.235	88.957
BNDES	2018	TJLP	R\$	33.450	228.400	261.850	277.180
BNDES	2018	TJLP	R\$	11.048	75.441	86.489	26.653
Sindicato Bancos	2010	113% do CDI	R\$	80.713	-	80.713	20.994
Sindicato Bancos	2010	113% do CDI	R\$	62.509	-	62.509	180.472
Sindicato Bancos	2010	113% do CDI	R\$	189.227	-	189.227	-
Outros	Diversos	Diversos	R\$	24.027	245.963	269.990	115.210
Dívida referente a Moeda Nacional				4.840.611	2.557.897	7.398.508	6.806.271
Total Geral				4.845.633	2.557.897	7.403.530	6.819.294

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (3) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08:
- (*) Taxa contratual;
- (**) Taxa efetiva do custo de transação.

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Euro	1.339	2.456	1.227	-	-	-	-	-	5.022
	1.339	2.456	1.227	-	-	-	-	-	5.022
Indexadores									
UMBND\$	2.805	5.708	6.289	6.929	7.527	8.246	7.684	806	45.994
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M									
	-	-	-	-	-	-	-	39.301	39.301
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL									
	6.230	12.461	12.461	11.422	-	-	-	-	42.574
Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA									
	26.866	13.238	113.561	445.828	386.043	397.743	-	-	1.383.278
Certificado Depósito Interbancário – CDI									
	863.748	663.681	2.270.665	493.527	302.830	2.375	1.184	-	4.598.010
URTJ	47.562	96.391	103.787	109.614	132.272	137.488	127.111	535.126	1.289.351
	947.211	791.479	2.506.763	1.067.320	828.672	545.851	135.979	575.233	7.398.508
	948.550	793.935	2.507.990	1.067.320	828.672	545.851	135.979	575.233	7.403.530

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/06/2010	Variação Acumulada em 2010	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/06/2010	Variação Acumulada em 2010
	%	%		%	%
			IGP-M	2,83	5,68
Euro	(8,44)	(12,09)	FINEL	0,56	1,12
			CDI	2,18	4,25

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.819.294	5.623.795
Saldo inicial de Controlada adquirida	378.771	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.964.315	2.748.281
Variação monetária e cambial	33.429	29.316
Encargos financeiros provisionados	321.603	251.593
Ajuste a Valor Presente	(5.563)	(5.563)
Encargos Financeiros Pagos	(208.240)	(184.652)
Amortização de financiamentos	(2.895.079)	(2.809.393)
Amortização custo transação	(5.664)	(5.663)
Outros	664	963
Saldo em 30 de junho de 2010	7.403.530	5.648.677

Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos, são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Das Cláusulas Restritivas acima mencionadas, uma delas não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2010
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%	58,65

Em 30 de junho de 2010, a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima. Os consentimentos de que os credores não irão exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, foram obtidos em datas posteriores a 30 de junho de 2010, por esse motivo os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Circulante.

Os Contratos de financiamentos da TAESA contemplam cláusulas restritivas relativas aos índices de cobertura do serviço da dívida. Em 30 de junho de 2010, a TAESA e suas controladas apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos no Contrato.

A Madeira Energia possui empréstimo junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia S.A com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 30 de junho de 2010.

17 . ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	18.488	19.104	17.581	18.629
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	5.066	4.608	5.066	4.608
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5.949	5.410	5.949	5.410
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.783	1.480	1.605	1.386
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFPA	3.187	2.558	3.187	2.558
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT	1.825	2.380	1.666	2.229
Pesquisa e Desenvolvimento	75.943	67.000	70.316	63.584
Pesquisa Expansão Sistema Energético	963	1.175	833	1.115
	113.204	103.715	106.203	99.519
Passivo Circulante	47.794	44.449	40.793	40.253
Passivo Não Circulante	65.410	59.266	65.410	59.266

18 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar, aos seus associados, participantes e aos seus dependentes, complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao Plano Previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes Planos de Benefícios de Suplementação de Aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas por meio de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pela Companhia na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo Ativo, no valor de R\$664.491, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes, ativos e assistidos, que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos, neste Plano, 2 empregados na ativa e 10 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém, ainda, de modo independente aos Planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do Prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um Plano de saúde e um Plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da Gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no Plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais Planos Odontológico e Previdenciário nesta entidade. A partir de 1º de outubro de 2010, o plano de saúde passou a ser administrado pela Cemig Saúde, sendo mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2009.

Em função da pronúncia mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31 de dezembro de 2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Parte da Obrigação Atuarial, com benefícios pós-emprego, no montante de R\$202.589, em 30 de junho de 2010 (R\$205.264 em 31 de dezembro de 2009), foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, por meio de prestações mensais, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade) e, para o Plano Saldado, reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Para as obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada no parágrafo anterior, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no Passivo Líquido são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	205.264	120.993	6.221	97.481	429.959
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	11.460	6.562	280	5.006	23.308
Contribuições Pagas	(15.658)	(5.003)	(88)	(1.137)	(21.886)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2010	201.066	122.552	6.413	101.350	431.381
Passivo Circulante	18.340	-	-	-	18.340
Passivo Não Circulante	182.726	122.552	6.413	101.350	413.041

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota.

19 . PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, conforme segue:

	Consolidado IFRS			
	Saldo em 31/12/2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2010
Trabalhistas				
Diversos	245	239	-	484
Cíveis				
Ambiental	7.457	(3.408)	-	4.049
Outras	1.262	309	-	1.571
Fiscais				
Outras	99	3	(102)	-
Regulatórios				
ANEEL	596	-	(575)	21
Total	9.659	(2.857)	(677)	6.125

	Controladora BRGAAP			
	Saldo em 31/12/2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2010
Trabalhistas				
Diversos	245	239	-	484
Cíveis				
Ambiental	7.457	(4.178)	-	3.279
Outras	1.204	265	-	1.469
Fiscais				
Outras	99	3	(102)	-
Regulatórios				
ANEEL	596	-	(575)	21
Total	9.601	(3.671)	(677)	5.253

Processos Administrativos de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R\$4.049, que está devidamente provisionado.

Passivos Contingentes

Adicionalmente, há processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações contábeis, demonstrados os principais a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu efetuar os depósitos judiciais no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas.

Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$103.718 em 30 de junho de 2010 (94.740 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia obteve, em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

20 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2010, o Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão em reunião realizada em 16 de abril de 2010 aprovou o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, em substituição aos dividendos obrigatórios do exercício de 2010, no montante de R\$69.878 a serem pagos no exercício de 2011. Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio foram de R\$23.759 reconhecidos no resultado do exercício de 2010.

21 . RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.721.343	1.740.088	1.705.575	1.733.621
Receita de uso da rede – com impostos	335.205	306.232	404.021	306.232
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	72.122	898	-	-
Receita de Infra-estrutura – com impostos	45.214	44.716	-	-
Remuneração de ativos da concessão – com impostos	118.004	-	-	-
Outras receitas operacionais	11.633	11.148	11.554	11.148
Impostos e Encargos incidentes sobre as receitas acima	(472.572)	(433.078)	(461.411)	(431.657)
	1.830.949	1.670.004	1.659.739	1.619.344

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado IFRS			
	MWh (**)		R\$	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Industrial	8.676.079	8.143.796	971.348	869.014
Comercial	20.552	2.145	5.999	6.233
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	13.409	(32.365)
	8.696.631	8.145.941	990.756	842.882
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	7.102.695	7.349.143	658.521	803.879
Transações com energia na CCEE (***)	2.235.078	1.028.658	62.664	93.327
Vendas no Proinfra	17.692	-	9.402	-
Total	18.052.096	16.523.742	1.721.343	1.740.088

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes;

(**) Informações não revisada pelos Auditores Independentes;

(***) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

(b) Receita de uso da rede

Essa receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro.

(c) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Impostos sobre a Receita				
ICMS	172.199	163.812	171.318	162.769
COFINS	161.454	140.145	157.394	139.951
PIS-PASEP	35.048	35.638	34.170	35.596
ISSQN	263	226	256	226
Outros	-	142	-	-
	368.964	339.963	363.138	338.542
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	44.619	44.276	40.780	44.276
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.903	12.268	17.901	12.268
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	15.148	11.316	15.147	11.316
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.140	6.761	5.647	6.761
Fundo Nac. Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	5.647	6.934	5.647	6.934
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.823	3.467	2.823	3.467
PROINFA	10.328	8.093	10.328	8.093
	103.608	93.115	98.273	93.115
	472.572	433.078	461.411	431.657

22 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Pessoal (a)	146.069	169.934	138.101	169.844
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	16.070	16.217	16.070	16.217
Obrigações Pós-emprego	10.326	13.896	10.326	13.896
Materiais	9.336	6.716	8.006	6.693
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	4.070	-	4.070
Serviços de Terceiros (b)	76.581	53.276	56.837	53.049
Depreciação e Amortização	184.188	198.542	181.916	198.111
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	65.963	70.090	65.903	70.090
Reversão (Provisões) Operacionais	(5.945)	552	(5.942)	552
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	135.979	142.414	139.842	142.414
Energia Elétrica Comprada para Revenda	145.996	70.914	145.984	70.436
Custo de Construção	45.214	44.716	-	-
Outros Custos de Operação	73.861	35.905	69.987	35.776
	903.638	827.242	827.031	781.148

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Remunerações e Encargos	124.248	118.362	116.346	118.272
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	7.648	7.775	7.648	7.775
Benefícios Assistenciais	12.872	12.519	12.806	12.519
	144.768	138.656	136.800	138.566
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(3.783)	(5.925)	(3.783)	(5.925)
	140.985	132.731	133.017	132.641
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	5.084	37.203	5.084	37.203
	146.069	169.934	138.101	169.844

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A Companhia implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro, para os empregados que fizeram a adesão ao PDV, corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam, ainda, dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a Companhia garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e Plano de Saúde, pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 249 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$46.183 sendo a maior parte desse reconhecimento no exercício de 2009.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Comunicação	3.233	2.032	2.327	2.032
Manutenção e Conser. de Instalações e Equip. Elétricos	9.954	4.425	7.441	4.425
Conservação e Limpeza de Prédios	9.167	8.360	8.706	8.360
Mão de Obra Contratada	1.895	3.330	1.783	3.330
Fretes e Passagens	2.137	1.774	1.700	1.774
Hospedagem e Alimentação	2.312	2.215	2.287	2.215
Vigilância	4.560	4.030	4.550	4.030
Consultoria	14.557	1.680	2.188	1.680
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.089	1.166	1.088	1.166
Manutenção e Conservação de Veículos	2.255	1.679	2.090	1.679
Energia Elétrica	2.143	2.273	1.909	2.273
Meio Ambiente	7.957	6.562	7.777	6.562
Outros	15.322	13.750	12.991	13.523
	76.581	53.276	56.837	53.049

23 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	120.578	63.399	113.608	63.219
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.396	980	3.393	980
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(2.797)	7	(980)	7
Variações Cambiais	1.348	29.438	1.348	29.438
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(554)	(208)	(547)	(203)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 25)	739	1.869	648	1.869
Ajuste a Valor Presente	6.057	931	6.057	931
Outras	10.744	11.391	10.108	11.390
	139.511	107.807	133.635	107.631
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(298.122)	(152.530)	(252.600)	(150.753)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(12.982)	(11.500)	(12.982)	(11.500)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(30.025)	-	(30.025)	-
Variações Cambiais	(730)	(8)	(730)	(8)
Varição Monetária – CCEE	-	(4.013)	(44)	(4.013)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(20.165)	3.684	(20.165)	3.684
Perdas com Instrumentos Financeiros (Nota 25)	(556)	(48.593)	(480)	(48.593)
Ajuste a Valor Presente	10.949	(11.315)	10.949	(11.315)
Outras	(22.097)	(1.833)	(18.379)	(3.075)
	(373.728)	(226.108)	(324.456)	(225.573)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(234.217)	(118.301)	(190.821)	(117.942)

24 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são Controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	110.347	917.054	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	-	-	3	5.715	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	2.663	668	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	261	34.739	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	12.283	25.296	271	-	142.979	117.297	42.280	18.630
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	15.297	13.429	3.122	4.093	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	228	12.225	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	-	-	102	52	9.956	8.935	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	140	72	1	1	-	-	4	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	40.397	42.069	31.998	26.736	(172.199)	(163.812)	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	8.223	7.742	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	39.301	37.053	-	-	2.248	1.998
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (3)	-	-	18.340	18.895	-	-	(10.326)	(13.896)
Outros	-	-	4.749	8.538	-	-	-	-
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (3)	-	-	413.041	411.064	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(7.648)	(7.775)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(1.762)	(1.574)
OUTROS								
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	13	13	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) A Companhia possui Contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrentes do leilão público de energia existente, ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.
- (2) Emissão Privada de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.
- (3) Parte dos Contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide Nota Explicativa nº 16 e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) As operações com ICMS, registradas nas Demonstrações Contábeis, referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade com a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão, referentes aos empregados participantes do Plano Misto (Vide Nota Explicativa nº 18) e calculadas sobre as remunerações mensais, em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão, em conformidade com a legislação específica do Setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15, 16, 18, 21, 22 e 23.

25 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas Controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente, registrados de acordo com o Regime de Competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros, ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, as Aplicações Financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2010	31/12/2009
Ativos Financeiros:		
Caixa e equivalentes de Caixa	2.051.502	3.043.715
Créditos com consumidores	330.518	610.876
Depósitos vinculados	106.446	89.245
Créditos com controladas	4.067	18.244
	2.492.533	3.762.080
Passivos Financeiros:		
Fornecedores	147.120	147.553
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.403.530	6.819.294
Concessões a pagar	70.375	73.441
	7.621.025	7.040.288

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa, alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma Consultoria Externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 30 de junho de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	30/06/2010	31/12/2009
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	-	5.877
(-) Operações contratadas de hedge/swap	-	75.000
	-	80.877
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	5.022	7.146
Passivo Líquido Exposto	5.022	88.023

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um Cenário Provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de junho de 2011, será de 3,03% (Euro R\$2,271). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos, nos resultados, advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Exposição Atual	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	5.022	5.174	6.468	7.761
Passivo Líquido Exposto	5.022	5.174	6.468	7.761
Efeito Líquido da Depreciação		(152)	(1.446)	(2.739)

Risco de Taxa de juros

Em 30 de junho de 2010, a Cemig Geração e Transmissão não se encontra exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia e suas Controladas ocorre em função do Passivo Líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado	
	30/06/2010	31/12/2009
Ativos		
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.033.565	3.023.205
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	75.000
	2.033.565	3.098.205
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	(4.598.010)	(5.607.641)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	(120.000)
	(4.598.010)	(5.727.641)
Passivo Líquido Exposto	(2.564.445)	(2.629.436)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário Provável, a taxa Selic, em 30 de junho de 2011, será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa Selic de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa Selic.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Exposição Atual Selic 10,25%	Cenário Provável Selic 12,75%	Cenário Possível Selic 15,9375%	Cenário Remoto Selic 19,125%
Ativos				
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.033.565	2.292.845	2.357.664	2.422.484
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	(4.598.010)	(5.184.256)	(5.330.818)	(5.477.379)
Passivo Líquido Exposto	(2.564.445)	(2.891.411)	(2.973.154)	(3.054.895)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(326.966)	(408.709)	(490.450)

Risco de Liquidez

A Cemig GT administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A empresa utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As Gerências de Orçamento, de Tesouraria e de Gestão de Participações, realizam reuniões semanais de acompanhamento das variáveis. Mensalmente, são realizadas reuniões que envolvem todas as áreas da Diretoria Financeira. Nestas reuniões são discutidos os principais temas que afetam o fluxo de caixa das empresas:

- Necessidades de captação;
- Prazo das aplicações financeiras;
- Fluxo de dividendos;
- Acompanhamento da receita;
- Programa de investimentos;
- Principais despesas operacionais;

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Cemig GT estabelece em seu Estatuto Social um valor de caixa mínimo operacional para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando de forma eficiente no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos, eventualmente, em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas Controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de instituição financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, em que cada instituição é analisada, segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas Hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas, em função do aumento de custos na aquisição de energia, ou redução de receitas, com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas Controladas possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento a essas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida, em 30 de junho de 2010, e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) do credor (Nota 16), de que não irá exigir o vencimento antecipado da obrigação.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia e suas controladas possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não será impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia e, respectivas, Controladas, têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Este Comitê, ao implementar planos de ação, objetiva, também, a implementação de diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de riscos financeiros. ao implementar planos de ação.

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Companhia e, respectivas, Controladas, em 30 de junho de 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	30/06/2010
Cemig Geração e Transmissão S.A.											
R\$106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação Cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	-	R\$75.000	-	86	-	86	-	-
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	466	(3.149)	466	(3.149)	18.044	(18.224)
						<u>466</u>	<u>(3.063)</u>	<u>466</u>	<u>(3.063)</u>	<u>18.044</u>	<u>(18.224)</u>

A contraparte da operação de Derivativos da Companhia é o banco Santander e os Contratos são de "swap" cambial. de indexador.

Não existe análise de sensibilidade em função da taxa ser pré-fixada.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, e as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho de 2010	Valor justo em 30 de junho de 2010		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Equivalentes de Caixa				
Certificados de Depósitos Bancários	1.748.075	-	1.748.075	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	183.882	183.882	-	-
Depósitos Overnight	101.608	-	101.608	-
	2.033.565	183.882	1.849.683	-

Metodologia de cálculo do valor justo

- a) O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

- b) Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swaps da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

27. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Conforme requerimento da CVM, aplicável às Companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em milhares de Reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	30/06/2010		30/06/2009		30/06/2010		30/06/2009	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	2.303.521		2.103.083		2.121.150		2.051.001	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	453		(52)		453		(52)	
	<u>2.303.974</u>		<u>2.103.031</u>		<u>2.121.603</u>		<u>2.050.949</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(145.996)		(70.914)		(145.984)		(70.436)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(135.979)		(142.414)		(139.842)		(142.414)	
Serviços de Terceiros	(76.581)		(53.275)		(56.837)		(53.049)	
Custo de Construção	(45.214)		(44.716)		-		-	
Matéria Prima	-		(4.070)		-		(4.070)	
Materiais	(9.336)		(6.716)		(8.006)		(6.693)	
Outros Custos Operacionais	(47.846)		(30.309)		(46.481)		(30.201)	
	<u>(460.952)</u>		<u>(352.414)</u>		<u>(397.150)</u>		<u>(306.863)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.843.022		1.750.617		1.724.453		1.744.086	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(184.188)		(198.542)		(181.916)		(198.111)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.658.834		1.552.075		1.542.537		1.545.975	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		34.915		3.962	
Receitas Financeiras	140.067		108.016		134.183		107.835	
	<u>140.067</u>		<u>108.016</u>		<u>169.098</u>		<u>111.797</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.798.901		1.660.091		1.711.635		1.657.772	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	153.198	8,52	169.423	10,21	146.516	8,56	169.331	10,22
Remuneração direta	107.420	5,98	96.663	5,82	102.083	5,96	96.573	5,83
Benefícios	33.470	1,86	32.170	1,95	32.438	1,90	32.168	1,95
FGTS	7.224	0,40	3.387	0,20	6.911	0,40	3.387	0,20
Outras	5.084	0,28	37.203	2,24	5.084	0,30	37.203	2,24
Impostos, Taxas e Contribuições	787.892	43,80	744.205	44,83	757.159	44,25	742.532	44,79
Federais	612.222	34,03	578.999	34,88	583.517	34,10	578.371	34,89
Estaduais	173.524	9,65	164.343	9,90	172.620	10,09	163.300	9,85
Municipais	2.146	0,12	863	0,05	1.022	0,06	861	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	379.543	21,09	229.674	13,83	329.692	19,25	229.120	13,82
Juros	373.729	20,77	226.108	13,62	324.456	18,94	225.573	13,61
Aluguéis	5.814	0,32	3.566	0,21	5.236	0,31	3.547	0,21
Remuneração de Capitais Próprios	478.268	26,59	516.789	31,13	478.268	27,94	516.789	31,17
Juros sobre Capital Próprio	69.878	3,88	107.136	6,45	69.878	4,08	107.136	6,46
Lucros Retidos	408.390	22,71	409.653	24,68	408.390	23,86	409.653	24,71
	<u>1.798.901</u>	<u>100</u>	<u>1.660.091</u>	<u>100</u>	<u>1.711.635</u>	<u>100</u>	<u>1.657.772</u>	<u>100</u>

28. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
RESULTADO DO PERÍODO	478.268	516.787	478.268	516.787
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(451)	-	(451)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO				
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	<u>477.817</u>	<u>516.787</u>	<u>477.817</u>	<u>516.787</u>

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de participação acionária

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), empresa na qual a sua subsidiária integral CEMIG GT possui 48% do capital votante, celebrou, em 06 de agosto de 2010, com a CYMI Holding S.A. (“CYMI”), também denominada como vendedora, um Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 49,99% do capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “NTE”), (ii) 49,90% do capital social da STE - Sul Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “STE”) e (iii) 40% do capital social da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. – IEMG (a “IEMG”), todas concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A TAESA pagou pela aquisição de participação nas Transmissoras o valor global de R\$275.470 mil. O preço da aquisição foi corrigido pela variação acumulada da SELIC entre as datas de celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e o dia útil imediatamente anterior à data da conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA estiveram sujeitas a ocorrência de diversas condições suspensivas, destacando-se: (i) não exercício, pelos demais acionistas das Transmissoras, de qualquer direito de preferência sobre as ações a serem adquiridas; (ii) aprovação pelas Assembleias Gerais de Acionistas da Vendedora e da TAESA, (iii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iv) aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Além disso, a operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos termos da Lei nº 8.884/94.

Nos termos dos acordos de acionistas firmados entre os atuais acionistas das Transmissoras, foi dado aos acionistas remanescentes o direito de venda conjunta (“tag along”) nas mesmas condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

Encerramento de distribuição pública da primeira emissão de debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. registrou em 20 de julho de 2010 na CVM o encerramento da distribuição pública de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 34.500 debêntures da primeira série e 25.500 debêntures da segunda série, da 1ª emissão da Emissora, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, perfazendo o valor total de R\$600.000. A Oferta foi aprovada por Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 1º de junho de 2010.

Primeira revisão tarifária

A primeira Revisão Tarifária da Transmissão, para toda a base de ativos da Companhia, foi aprovada pela diretoria da ANEEL, em 17 de junho de 2009, na qual a ANEEL fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Em 01 de junho de 2010, a ANEEL concedeu e deu provimento ao Recurso Administrativo, interposto pela Companhia, com alteração no reposicionamento da sua primeira Revisão Tarifária periódica de 5,35% para 6,96 %.

Adicionalmente, foi estabelecido, pela ANEEL, um componente financeiro de R\$168.632, a ser pago à Companhia por meio da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário, ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009, já acrescido do montante oriundo do Recurso Administrativo em R\$10.542. A primeira parcela, de R\$85.732, foi incorporada ao reajuste do ciclo 2009/2010 e, já foi integralmente recebida. A segunda parcela, de R\$93.009, será compensada no reajuste 2010/2011.

Segunda revisão tarifária

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da Segunda Revisão Tarifária da Transmissão da Companhia, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) em menos 15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$75.568 aos usuários do Sistema de Transmissão durante o Ciclo Tarifário de julho de 2010 a julho de 2011.

Aquisição de participação acionária - ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a TAESA adquire uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). Com a operação a TAESA se consolida como a maior transmissora privada com contratos do Novo Modelo, que são os outorgados a partir de 2000, com duração de 30 anos. A Companhia pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224.000,00 (um bilhão, noventa e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), referente à data-base de 31/12/2010.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, os resultados do 2º semestre de 2010 e 2009 foram alterados para refletirem essas modificações.

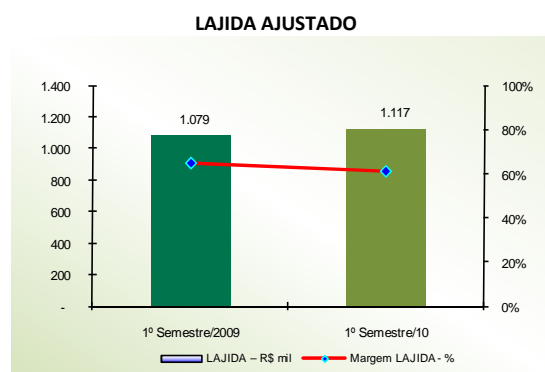
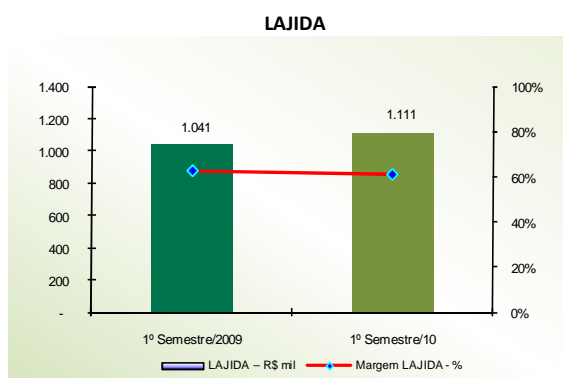
Resultado do Período

A Companhia apresentou, no primeiro semestre de 2010, um resultado líquido de R\$478.268, em comparação ao resultado líquido de R\$516.787 no primeiro semestre de 2009. Uma redução de 7,45%. Este resultado deve-se, principalmente, a um aumento da receita líquida de 9,64% compensada pelo um aumento de 9,24% nos custos e despesas operacionais. Vide comentários na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento, no primeiro semestre de 2010 na comparação com o primeiro semestre de 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2010	30/06/2009	Var %
Resultado do Período	478.268	516.787	(7,45)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	214.826	207.674	3,44
+ Resultado Financeiro Líquido	234.217	118.301	97,98
+ Amortização e Depreciação	184.188	198.542	(7,23)
= LAJIDA	1.111.499	1.041.304	6,74
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	5.084	37.203	(86,33)
= LAJIDA AJUSTADO	1.116.583	1.078.507	3,53



O aumento do LAJIDA, no primeiro semestre de 2010 em comparação ao primeiro semestre de 2009, deve-se, principalmente, ao aumento de 97,98% nas despesas financeiras líquidas, associada ao aumento de 14,43% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em decorrência desses aumentos, a margem do LAJIDA apresentou uma redução de 62,34%, em 2009, para 60,68% em 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou um aumento de 3,53%. Conseqüentemente, a margem do LAJIDA passou de 64,61% em 2009, para 61,00% em 2010.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.721.343, no primeiro semestre de 2010, em comparação a R\$1.740.088 no primeiro semestre de 2009, representando uma redução de 1,08%.

Este resultado decorre, principalmente, da redução da quantidade de energia elétrica fornecida a outras concessionárias, parcialmente compensado pelo aumento de 17,54% da receita de fornecimento a consumidores livres e do aumento do volume de energia negociada na CCEE. O aumento da receita com consumidores livres decorre da maior quantidade de energia negociada, aumento de 6,76%, em decorrência da recuperação da atividade industrial e pela migração de clientes do mercado cativo, que podem comprar de fontes incentivadas tanto do setor Industrial quanto do Comercial, e do aumento do preço médio por MWh, parte devido ao reajuste anual desses Contratos indexados, a maior parte, à variação do IGP-M. A receita, com consumidores livres, foi de R\$990.756, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$842.882 no primeiro semestre de 2009.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, e contratos bilaterais, reduziu em 3,35%. Esta redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e o redirecionamento para clientes livres.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Companhia, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

A Receita de uso da rede foi de R\$407.327, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$307.130 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 32,62%. Este aumento decorre, principalmente, ao reajuste da tarifa média da transmissão e da aquisição da Controlada Taesa no final de 2009.

Mais explicações, vide Nota Explicativa 21 às Informação Trimestrais Consolidadas.

Impostos e Encargos incidentes sobre a receita

Os Impostos e Encargos incidentes sobre a receita foram de R\$472.572 no primeiro semestre de 2010 comparados a R\$433.078 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 9,12%. As principais variações nos impostos e encargos incidentes sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os encargos referentes à CCC, foi de R\$15.148, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$11.316 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 33,86%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foi de R\$17.903, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$12.268 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 45,93%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Os demais impostos e encargos são calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$903.638, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$827.242 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 9,24%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 às Informações Trimestrais.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal, no primeiro semestre de 2010, foi de R\$146.069 comparados a R\$169.934 no primeiro semestre de 2009. Uma redução de 14,04%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com PDV, reconhecida, no primeiro semestre de 2009, no montante de R\$37.203 contra R\$5.084 no mesmo período de 2010, associado à redução da quantidade de empregados que passou de 2.117, em junho de 2009, para 1.934 em junho de 2010.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$145.996, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$70.914 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 105,88%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$76.581, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$53.276 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 43,74%, sendo as principais variações, nos gastos, com Consultoria e Instalações de equipamentos elétricos, conforme segue:

- os serviços de consultoria foram de R\$14.557, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$1.680 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 766,49%. Esta variação decorre, principalmente, da contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos;
- os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R\$9.954, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$4.425 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 124,95%. Esta variação decorre, principalmente, da maior atividade da Companhia com reajuste de Contratos e da consolidação das Empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 22 às Informações Trimestrais.

Outros Custos Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$73.861, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$35.905 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 105,71%. Este resultado decorre do aumento dos gastos com concessão onerosa, arrendamento e aluguéis e seguros.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$234.217, no primeiro semestre de 2010, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$118.301 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 97,98%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 90,19% na Receita de Aplicações Financeiras: R\$120.578, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$63.399 no primeiro semestre de 2009. Este aumento decorre do maior volume de recursos aplicados, no primeiro semestre de 2010, comparados ao trimestre do ano anterior;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$298.122, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$152.530 no primeiro semestre de 2009. Este aumento decorre da entrada de novos recursos, principalmente, da emissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (commercial papers), no montante de R\$2.700.000, liquidadas em março de 2010 e da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures, em março de 2010, no mesmo valor, utilizadas na liquidação das notas promissórias;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$30.025, apurada no primeiro semestre de 2010, decorrente da variação dos índices inflacionários, indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia, no 1º semestre de 2010;
- ganhos líquidos com variações cambiais, no primeiro semestre de 2010, no montante de R\$618, comparados a ganhos líquidos de R\$29.430 no primeiro semestre de 2009, advindos, basicamente, de Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, indexados ao Dólar Norte-americano e ao Iene. Este resultado decorre, principalmente, da variação do Dólar e do Iene nos períodos comparados. No primeiro semestre de 2010, o Dólar apresentou uma valorização de 3,46% frente ao Real e, no mesmo período de 2009, apresentou desvalorização de 16,49%. O Iene apresentou, no primeiro semestre de 2010, uma valorização de 8,35% frente ao Real e, no mesmo período de 2009, apresentou desvalorização de 21,45%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 23 às Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no primeiro semestre de 2010, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$214.826 em relação ao lucro de R\$693.094, antes dos efeitos fiscais. Um percentual de 31,00%. No primeiro semestre de 2009, a Companhia apurou despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$207.674 em relação ao lucro de R\$724.461, antes dos efeitos fiscais. Um percentual de 28,67%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 às Informações Trimestrais. Nos primeiros semestres de 2010 e 2009, a Companhia destinou Juros sobre o Capital Próprio, nos montantes de R\$69.878 e R\$107.136, respectivamente, cujos benefícios fiscais, apurados, foram de R\$23.759 e R\$36.426, nessa ordem.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2010 E 2009

	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
RECEITA	945.472	926.083	2,09
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(73.982)	(100.888)	(26,67)
Participação dos Empregados no resultado	(9.174)	(10.494)	(12,58)
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(5.566)	(7.144)	(22,09)
Materiais	(4.686)	(3.755)	(24,79)
Matéria Prima e Insumos	-	(4.070)	-
Serviços de Terceiros	(41.717)	(28.546)	46,14
Depreciação e Amortização	(89.241)	(99.598)	(10,40)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(30.578)	(35.323)	(13,43)
Reversão (Provisões) Operacionais	5.518	(804)	-
Custo de Construção	(20.183)	(22.358)	(9,73)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(72.223)	(43.724)	65,18
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(71.831)	(70.120)	2,44
Outros Custos de Operação	(53.429)	(24.842)	115,08
	(467.092)	(451.666)	3,42
Resultado antes do Resultado Financeiro	478.380	474.417	0,84
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(141.856)	(51.386)	176,06
Resultado antes dos Impostos	336.524	423.031	(20,45)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(90.768)	(98.533)	(7,88)
Resultado do Período	245.756	324.498	(24,27)

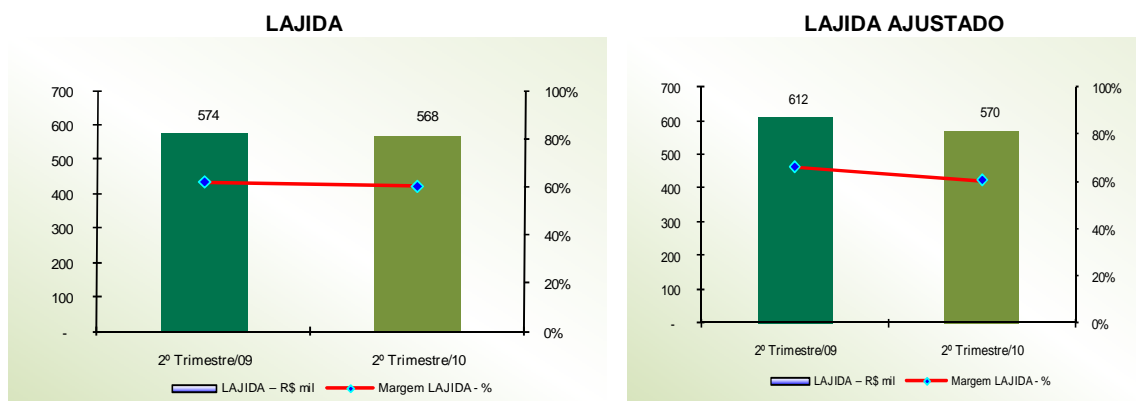
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2010, um resultado líquido de R\$245.756, em comparação ao resultado líquido de R\$324.498 no segundo trimestre de 2009. Uma redução de 24,27%. Esta redução decorre, basicamente, do aumento de 3,42% nas despesas operacionais e ao aumento de 176,06% nas despesas financeiras líquidas. Vide comentários adicionais na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Companhia, no segundo trimestre de 2010 comparado ao segundo trimestre de 2009, apresenta um aumento de 1,86%. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta uma redução de 4,07%.

LAJIDA	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var %
Resultado do Período	245.756	324.498	(24,27)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	90.768	98.533	(7,88)
+ - Resultado Financeiro Líquido	141.856	51.386	176,06
+ Amortização e Depreciação	89.241	99.598	(10,40)
= LAJIDA	567.621	574.015	(1,11)
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	1.930	37.524	(94,86)
= LAJIDA AJUSTADO	569.551	611.539	(6,87)



A redução do LAJIDA, no segundo trimestre de 2010 em comparação ao segundo trimestre de 2009, deve-se, principalmente, ao aumento 7,32% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA reduziu de 61,99% em 2009, para 60,11% em 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou uma redução, passando de 66,09% em 2009, para 60,32% em 2010.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R\$		
	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
Industrial	4.510.973	4.006.327	12,60	497.844	433.566	14,83
Comercial	14.190	2.145	561,54	4.922	6.233	(21,03)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	17.926	(8.634)	(307,62)
	4.525.163	4.008.472	12,89	520.692	431.165	20,76
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.435.310	4.337.061	(20,79)	329.484	520.963	(36,75)
Transações com Energia na CCEE	1.120.848	255.298	339,04	27.046	18.813	43,76
Vendas Proinfra	7.300	-	-	6.855	-	-
Total	9.088.621	8.600.831	5,67	884.077	970.941	(8,95)

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(**) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$884.077, no segundo trimestre de 2010, em comparação a R\$970.941 no segundo trimestre de 2009, representando uma redução de 8,95%.

Este resultado decorre, principalmente, da redução da quantidade de energia elétrica fornecida a outras concessionárias e do reconhecimento da despesa de R\$64.586, decorrente da revisão tarifária periódica da transmissão, registrada em junho de 2010, referente ao reposicionamento tarifário de -15,88%, aplicado sobre a receita, vigente em julho de 2009, parcialmente compensado pelo aumento de 20,76% da receita com consumidores livres. O aumento da receita, com consumidores livres, decorre da maior quantidade de energia negociada, aumento de 12,89%, e do aumento do preço médio por MWh, parte devido ao reajuste anual desses Contratos, na maior parte, indexados à variação do IGP-M. A receita com consumidores livres foi de R\$520.692, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$431.165 no segundo trimestre de 2009.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, e contratos bilaterais, reduziu em 20,79%. Essa redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e ao redirecionamento para clientes.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Companhia, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

A Receita de uso da rede foi de R\$195.323, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$162.929 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 19,88%. Este aumento decorre, principalmente, ao reajuste da tarifa média da transmissão.

Impostos e Encargos incidentes sobre a receita

	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var %
Impostos sobre a Receita			
ICMS	90.866	82.329	10,37
COFINS	83.342	80.142	3,99
PIS-PASEP	18.091	22.614	(20,00)
ISSQN e outros	126	255	(50,69)
	192.425	185.340	3,82
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	21.515	24.507	(12,21)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.315	6.472	43,93
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	7.925	5.967	32,81
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	3.609	3.939	(8,38)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	2.710	4.112	(34,10)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.354	1.999	(32,27)
PROINFA	4.908	3.305	48,50
	51.336	50.301	2,06
	243.761	235.641	3,45

As principais variações nos Impostos e Encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

O encargo, referente à RGR, apresentou uma redução de 12,21% nos períodos comparados. Este é um custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC apresentou um aumento de 32,81% nos períodos comparados.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 43,93% nos períodos comparados. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$467.092, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$451.666 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 3,42%. Esta variação decorre, principalmente, dos aumentos nos custos com Energia Elétrica Comprada para Revenda, Serviços de Terceiros e Depreciação e Amortização, parcialmente compensados pela redução na Despesa com Pessoal.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal, no segundo trimestre de 2010, foi de R\$73.982, comparados a R\$100.888 no segundo trimestre de 2009, representando uma redução de 26,67%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com Plano de Desligamento Voluntário, reconhecida, no segundo trimestre de 2009, no montante de R\$37.524, contra R\$1.930 no mesmo período de 2010.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$41.717, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$28.546 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 46,14%, sendo as principais variações nos gastos, com Consultoria e Instalações de equipamentos elétricos, conforme segue:

- os serviços de consultoria foram de R\$1.900, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$707 no segundo trimestre de 2009. Um aumento de 168,74%. Esta variação decorre, principalmente, da contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos;
- os serviços de manutenção e conservação de Instalações e equipamentos elétricos foram de R\$2.982, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$934 no segundo trimestre de 2009, um aumento de 219,27%. Esta variação decorre, principalmente, da maior atividade da Companhia com reajuste de contratos e da consolidação das Empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

O detalhamento dos Serviços de Terceiros está demonstrado na nota explicativa nº 22 às Informações Trimestrais.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Despesa de R\$1.109, no segundo trimestre de 2009, decorrente da compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação, em 2008, devido ao baixo nível de água nos reservatórios.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$72.223, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$43.724 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 65,18%. Este resultado decorre de uma maior atividade de comercialização de energia em 2010.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$89.240, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$99.598 no segundo trimestre de 2009, representando uma redução de 10,40%. Este resultado decorre, substancialmente, da mudança de práticas contábeis.

Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	54.522	34.491	58,08
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	598	272	119,85
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(1.073)	7	-
Variações Cambiais	523	18.858	(97,23)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(371)	(96)	286,46
Ganhos com Instrumentos Financeiros	392	1.049	(62,63)
Ajuste a Valor Presente	3.559	317	1.022,71
Outras	5.331	5.467	(2,49)
	63.481	60.365	5,16
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(157.725)	(71.682)	120,03
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(17.352)	-	-
Variação Monetária - CCEE	-	(1.481)	-
Variações Cambiais	(1)	(6)	(83,33)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(175)	(28.076)	(99,38)
Variação Monetária Concessão Onerosa	(10.277)	728	-
Variação Monetária Forluz	(6.088)	(5.554)	9,61
Ajuste a Valor Presente	4.930	(5.407)	-
Outras	(18.649)	(273)	6.731,14
	(205.337)	(111.751)	83,75
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(141.856)	(51.386)	176,06

Na comparação dos valores do segundo trimestre de 2010 com o segundo trimestre de 2009, o resultado financeiro apresentou uma variação expressiva, passando de uma despesa de R\$51.386, em 2009, para uma despesa de R\$141.856 em 2010. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de R\$20.031, na receita de Aplicações Financeiras, em função do maior volume de recursos aplicados em 2010;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$157.725, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$71.682 no segundo trimestre de 2009. Este aumento decorre da entrada de novos recursos, principalmente, da emissão das debêntures da Companhia no primeiro semestre de 2010;
- despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$17.352, apurada no segundo trimestre de 2010. Esta despesa decorre do IGP-M, que apresentou uma variação positiva de 1,53% no trimestre.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no segundo trimestre de 2010, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$90.768 em relação ao lucro de R\$336.524, antes dos efeitos fiscais. Um percentual de 26,97%. No segundo trimestre de 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$98.533 em relação ao lucro de R\$423.031, antes dos efeitos fiscais. Um percentual de 23,29%. Nos segundos trimestres de 2010 e 2009, foram apurados benefícios fiscais, nos valores de R\$23.759 e R\$36.426, respectivamente, referentes ao pagamento de juros sobre capital próprio.

RELATÓRIO DA REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais da Companhia Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas, compreendendo o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, ambas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, as quais incluem as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. As revisões especiais das Informações Trimestrais de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso relatório de revisão especial no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$192,1 milhões em 30 de junho de 2010, representando 1,5% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2010 totalizou R\$13,9 milhões de prejuízo, representando -2,9% do resultado do período, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$1.031,0 milhões em 30 de junho de 2010, representando 7,1% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos relatórios de revisão especial desses outros auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais individuais da Cemig Geração e Transmissão S.A.. acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento também, de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. e suas controladas acima referidas para que estas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das Informações Trimestrais individuais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº2. As presentes Informações Trimestrais individuais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente apresentadas pela Companhia em 19 de agosto de 2010, incluindo nosso relatório de revisão datado de 13 de agosto de 2010. As Informações Trimestrais individuais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia e suas controladas passaram a apresentar a partir do exercício de 2010, suas Informações Trimestrais consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo IASB. As Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e suas controladas correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, preparadas de acordo com o mencionado padrão contábil internacional, estão sendo apresentadas para fins de comparação.
7. Conforme descrito nas notas explicativas nº 14 e 19, a Companhia possui registrados ativos e passivos relativos a operação de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparadas e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de junho de 2010, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

8. A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 30 de junho de 2010 totalizavam R\$4.575,2 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$166,4 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$457,5 milhões no ativo imobilizado e R\$16,6 milhões do passivo a descoberto, respectivamente.

9. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais dessa Companhia e suas controladas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração consolidada do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esta informação complementar esteja apresentada de forma condizente com as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 07 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira

Contador CRCMG058176/O-0